



Câmara de Vereadores	
Fl.	Rubrica
05	

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 033/2020

Data: 14.02.2020

Ass: 15:30h.

Ofício Gab. nº 059/2020

Serafina Corrêa, RS, 14 de fevereiro de 2020.

Sua Excelência

Vereador Nereu Hilário Rossetto

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Serafina Corrêa – RS

Assunto: Projeto de Lei nº 009/2020.

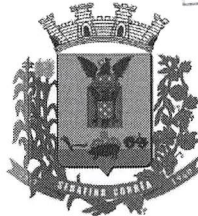
O Prefeito Municipal em exercício, no uso das prerrogativas outorgadas pela Lei Orgânica Municipal, encaminha o Projeto de Lei nº 009/2020, que ***“Inclui projeto na Lei Municipal nº 3.554, de 04 de outubro de 2017, na Lei Municipal nº 3.761, de 03 de outubro de 2019 e na Lei Municipal nº 3.794, de 06 de janeiro de 2020, abre crédito adicional especial e dá outras providências”***.

Pela habitual acolhida, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente,

Valdir Bianchet

Prefeito Municipal em exercício



Câmara de Vereadores	
Fl. 02	Rubrica 19

ESTE DOCUMENTO SE ENCONTRA
EXAMINADO E APROVADO POR
ESTA ASSESSORIA JURÍDICA.

EM 14/02/2020
Assessor Jurídico - OAB/RS 20.820

PROJETO DE LEI DE Nº 009, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Inclui projeto na Lei Municipal nº 3.554, de 04 de outubro de 2017, na Lei Municipal nº 3.761, de 03 de outubro de 2019 e na Lei Municipal nº 3.794, de 06 de janeiro de 2020, abre crédito adicional especial e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir o Projeto 1378 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS, na Lei Municipal nº 3.554, de 04 de outubro de 2017, Plano Plurianual, na Lei Municipal nº 3.761, de 03 de outubro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Municipal nº 3.794, de 06 de janeiro de 2020, Lei Orçamentária Anual.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente, um crédito adicional especial no valor de R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais), dando recurso no seguinte órgão e rubrica:

02 09 01 SECRET TURISMO, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

1162 23.695.0217.1378.0000 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS.....R\$ 477.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte de Recurso: 1380 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS GERALDO ARNALDO PECCIN/2º ETAPA

1163 23.695.0217.1378.0000 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS.....R\$ 1.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte de Recurso: 0001 RECURSO LIVRE

Art. 3º O crédito aberto na forma do artigo 2º será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:.....R\$ 477.500,00

Fonte de Recurso:

1380.....R\$ 477.500,00

Superávit Financeiro:.....R\$ 1.500,00

Fonte de Recurso:

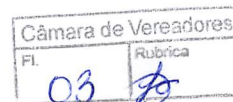
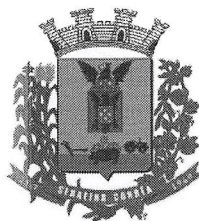
0001.....R\$ 1.500,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 14 de fevereiro de 2020, 59º da Emancipação.

Valdir Bianchet

Prefeito Municipal em exercício



PROJETO DE LEI DE Nº 009, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**Excelentíssimo Senhor Presidente
Excelentíssimos Senhores Vereadores**

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, Projeto de Lei que ***“Inclui projeto na Lei Municipal nº 3.554, de 04 de outubro de 2017, na Lei Municipal nº 3.761, de 03 de outubro de 2019 e na Lei Municipal nº 3.794, de 06 de janeiro de 2020, abre crédito adicional especial e dá outras providências”***.

Através do presente projeto de lei, busca-se autorização legislativa para incluir o Projeto 1378 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS, na Lei Municipal nº 3.554/2017 – PPA, na Lei Municipal nº 3.761/2019 – LDO e na Lei Municipal nº 3.794/2020 – LOA.

Ainda, busca-se autorização para abrir, no orçamento vigente, um crédito adicional especial, no valor de R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais), a ser distribuído nas seguintes dotações:

02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

1162 23.695.0217.1378.0000 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS.....R\$ 477.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte de Recurso: 1380 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS GERALDO ARNALDO PECCIN/2º ETAPA

1163 23.695.0217.1378.0000 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS.....R\$ 1.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte de Recurso: 0001 RECURSO LIVRE

O crédito aberto será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro, na fonte de recurso 0001, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e excesso de arrecadação, na fonte de recurso 1380, no valor de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais).

O Poder Executivo Municipal através do Contrato de Repasse nº 887976/2019/MTUR/CAIXA, receberá recursos da União, para construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin – 2ª etapa, no valor de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais). Além do valor de repasse, existe um recurso de contrapartida do Município no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Dessa forma, o recurso total do investimento, de repasse e contrapartida, totaliza o valor de R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais).

Assim, tendo em vista a liberação dos recursos provenientes do referido contrato de repasse, bem como a necessidade de contrapartida financeira do Município, faz-se necessária a inclusão do Projeto 1378 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS nas peças orçamentárias, bem como a abertura do crédito adicional especial.



Câmara de Vereadores	
Fl.	Rubrica
04	<i>[Handwritten signature]</i>

PROJETO DE LEI DE Nº 009, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Diante de todo o exposto, encaminhamos o presente projeto de lei e contamos com a sua aprovação, tendo em vista os objetivos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 14 de fevereiro de 2020.

Valdir Bianchet
Prefeito Municipal em exercício

Grau de Sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 887976/2019/MTUR/CAIXA**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO.**

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa Ministério do Turismo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bl. U - 2º/3º andar - Brasília/DF - CEP: 70065-900, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por RODRIGO CANANI MEDEIROS, CPF nº 494.460.020-87, residente e domiciliado(a) em Rua Moreira Cesar, 2569 7º andar - São Pelegrino - CEP 95034-000 - Caxias do Sul/RS, conforme 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília/DF, no livro 3332-P, fls. 010/011, em 03/08/2018 e, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA, inscrito no CNPJ-MF sob o 88.597.984/0001-80, neste ato representado pelo respectivo Vice-Prefeito Municipal,

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA

Contrato de Repasse

Senhor VALDIR BIANCHET, CPF nº 412.657.340-20, residente e domiciliado(a) em Serafina Correa, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin no município de Serafina Corrêa/RS - 2ª etapa.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

Serafina Corrêa - RS.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

(x) Não () Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

() Não (x) Sim

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia e Licença Ambiental ✓

Prazo final para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 30/10/2020.

Prazo final para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 30/11/2020. ✓

V - DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).

Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais).

Nota de Empenho nº 2019NE800779, emitida em 20/11/2019, no valor de R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), Unidade Gestora 540007, Gestão 00001. ✓

Programa de Trabalho: 23695207610V00043.

Natureza da Despesa: 444041.

Empenho Complementar: R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0698, conta nº 006.00647084-5. ✓

VI - PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse: 13/12/2019.

Término da Vigência Contratual: 30 de Setembro de 2021.

Prestação de Contas: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 10 anos contados da apresentação da prestação de contas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e encerramento da operação do CR; ou da

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA

Contrato de Repasse

Tomada de Contas Especial, após julgamento das contas pelo TCU; ou após decorrido o prazo legal de guarda, o que ocorrer por último.

VII - FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul.

VIII - ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: AV. 25 DE JULHO, 202 - CENTRO - CEP 99250-000 - Serafina Corrêa - RS.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Moreira Cesar, 2569 7º andar - São Pelegrino - CEP 95034-000 - Caxias do Sul/RS.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Endereço eletrônico do CONTRATADO: gabinete@serafinacorrea.rs.gov.br;
fazenda@serafinacorrea.rs.gov.br; planejamento@serafinacorrea.rs.gov.br;
tesouraria@serafinacorrea.rs.gov.br; engenharia@serafinacorrea.rs.gov.br;
licitacao@serafinacorrea.rs.gov.br; lucianoppanarotto@serafinacorrea.rs.gov.br.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: sr2615rs@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de toda a documentação relacionada no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos no mesmo item.

1.1.1 - O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a:

- Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
- Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (Informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse**2.1 – DA CONTRATANTE**

- I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. Acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. Comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
- VIII. Verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no SICONV que a substitua;
- IX. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
- X. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- XI. Designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XIII. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XIV. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;

CAIXA**Contrato de Repasse**

- XV. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XVI. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
- XVII. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XVIII. Realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
- XIX. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

2.2 – DO CONTRATADO

- I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse como indireto;
- V. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VI. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
- VII. Apresentar à CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
- VIII. Apresentar declaração expressa atestando que possui setor específico com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas dos instrumentos celebrados com a União, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo e quando não possuir setor específico para essa função,

5

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492****Ouvidoria: 0800 725 7474****caixa.gov.br**



Contrato de Repasse

poderá atribuir as competências a setor já existente na sua estrutura administrativa, desde que tal setor conte com a lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 114, DE 7 DE MAIO DE 2018).

- IX. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- X. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- XI. Realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico ou do termo de referência, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
- XII. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XIII. Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
- XIV. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XV. No caso dos Estados, Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XVI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XVII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XVIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XIX. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- XX. Realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA

Contrato de Repasse

no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

- XXI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXII. Registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XXIII. Manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXIV. Incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- XXV. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;
- XXVI. Atender ao disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- XXVII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXVIII. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União ou quando aplicável, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, vedada a utilização da modalidade contratação integrada e de orçamento sigiloso;
- XXIX. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXX. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

7

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

- XXXI. Publicar, em conformidade com a legislação vigente, o extrato do primeiro ou único edital de licitação em até 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez, desde que motivado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, contados:
- a) Da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou
 - b) Do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.
- XXXII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XXXIII. Registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XXXIV. Inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- XXXV. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXXVI. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XXXVII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XXXVIII. Apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 18 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;
- XXXIX. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XL. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA

Contrato de Repasse

financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

- XLII.** Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XLIII.** Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XLIV.** Aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XLV.** Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar a transferência dos recursos financeiros por ela repassados para a conta vinculada ao instrumento, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 dias;
- XLVI.** Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- XLVII.** Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- XLVIII.** Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XLIX.** Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- L.** Disponibilizar, em sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, podendo ser suprida a publicação na internet pela inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios;
- LI.** Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- LII.** Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- LIII.** Apresentar, via SICONV, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido;

9-

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- LIII. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações;
- LIV. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse;
- LV. Instalar placa de inauguração quando da conclusão da obra, conforme padrão fornecido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, após o desbloqueio dos Recursos de Repasse e previamente ao pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviços, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do presente Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós contratual e, para Contrato de Repasse enquadrado no Nível I ou I-A, o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, conforme diretrizes da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CAIXA**Contrato de Repasse**

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I – A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II – A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III – A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no SICONV;
- IV – O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
- V – A conformidade financeira.

5.2 A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no SICONV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e será realizada sob bloqueio, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 - A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br



Contrato de Repasse

I – Para instrumentos enquadrados nos:

- a) Níveis I e I-A, preferencialmente em parcela única; e
- b) Níveis II e III, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento.

II - A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada à:

- a) Conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pela CONTRATANTE;
- b) Adimplência no CAUC do CONTRATADO que possui até 50.000 habitantes e que estava inadimplente no momento da assinatura do presente Contrato de Repasse, caso a operação seja vinculada ao exercício financeiro de 2018 ou 2019.

III – Para a liberação das demais parcelas o CONTRATADO deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 – Não haverá a liberação da primeira parcela de recursos ao Contratado que possua instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira há mais de 180 dias.

5.5 - O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 - Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.7 – A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá condicionada a:

I - Emissão da autorização para início do objeto;

II - Apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;

III – Atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;

IV - Comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;

V – Apresentação do termo de recebimento provisório da intervenção, nos termos do art. nº 73, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para o desbloqueio da última parcela de recursos;

5.7.1 - O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no SICONV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA**Contrato de Repasse**

5.7.2 - O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos.

5.7.3 - A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

5.7.4 - A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

5.8 - O instrumento será rescindido na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 dias da liberação da primeira parcela ou sem comprovação da execução financeira por mais de 360 dias contados a partir do último desbloqueio de recursos.

5.9 - Os prazos de que tratam os itens 5.4.2 e 5.8 da Cláusula Quinta do presente Contrato de Repasse:

I - deverão ser suspensos nos casos em que a inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas pelo Concedente ou pela CONTRATANTE, ou nos casos em que a paralisação da execução se der por determinação judicial ou por recomendação ou determinação de órgãos de controle; e

II - poderão ser prorrogados, desde que sejam devidamente motivados, que não fique caracterizada culpa ou inércia do CONTRATADO, nos casos de que trata o inciso III do § 3º do art. 27 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e que seja autorizado pela CONTRATANTE.

5.10 - Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.11 - A utilização de recursos do contrato de repasse para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é permitido somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL - Verificação do Resultado do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 - As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

13

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - A destinação do recurso;
- II - O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - O contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) Por ato da autoridade máxima do Gestor do Programa;
- b) No ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do presente Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e

14

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

observado o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a 1 mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que 1 mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a 1 mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização.

7.5.3 - Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse

- a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “a”, os recursos que permaneceram na conta vinculada, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “b”, em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência contratual.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “b”, em que a parte executada não apresente funcionalidade, os recursos liberados devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.4 - Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 - Vencidos os prazos de devolução descritos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.6 - Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA**Contrato de Repasse**

7.7.7 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o CONTRATADO e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os

17

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse

recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

18

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) der(em) causa:

Descrição	Custo Unitário – Nível I
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 3.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria <i>in loco</i> em quantidade superior à prevista no Art. 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/ CGU nº 424/2016 e suas alterações	R\$ 4.500,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 800,00
Alteração de cronograma	R\$ 1.700,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00
Ajustes no projeto	R\$ 0,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R\$ 5.000,00
Inclusão de meta	R\$ 0,00
Alteração de escopo	R\$ 9.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível em http://www.planejamento.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/credenciamento/18_lici_cred01_termo-unico-de-credenciamento_arq-06.pdf/view

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

19

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

13.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no Art. 27, Inciso V e § 3º, da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

I - A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA

Contrato de Repasse

- II - A inexistência de execução financeira após 180 dias da liberação da primeira parcela ou após 360 dias do último desbloqueio de recursos, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8;
- III - A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- IV - A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
- V - Não atendimento ao disposto no inciso XXX do item 2.2 do presente instrumento.

16.1.1 - A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal devidamente corrigidos, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 - A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 - Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

18 - O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto.

18.1 - A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 - A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 - São vedadas as alterações do objeto do Contrato de Repasse e da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. Reformular os projetos de engenharia das obras e serviços já aceitos pela CONTRATANTE, inclusive para os casos em que tenha sido aplicada a Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;
- II. Realizar reprogramações decorrentes de ajustes ou adequações nos projetos de engenharia ou nos termos de referência de serviços de engenharia dos instrumentos enquadrados nos Níveis I e I-A, conforme o disposto no §4º e no §8º do Art. 6º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;
- III. Realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
- IV. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- VI. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- VII. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VIII. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- IX. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- X. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- XI. Pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- XII. Utilizar os recursos do presente Contrato de Repasse para construção de bem que desobedeça a Lei nº 6.454, de 1977;
- XIII. Aproveitar rendimentos dos recursos do Contrato de Repasse;
- XIV. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
- XV. Adotar o regime de execução direta;
- XVI. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra.

22

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

XVII. Utilizar CTEF exclusivo para aquisição de equipamentos ou para execução de custeio, que não atenda ao disposto no art. 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 - Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 - As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no SICONV ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21 - Fica eleito o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Caxias do Sul, 13 de Dezembro de 2019
Local/Data

Assinatura da CONTRATANTE
Nome: RODRIGO CANANI MEDEIROS
CPF: 494.460.020-87

Assinatura do CONTRATADO
Nome: VALDIR BIANCHET
CPF: 412.657.340-20

Testemunhas

Nome: Fabiana Fatima Elvira Marchi
CPF: 000.133.510-36

Nome: DIMORVAN CANTOLI
CPF: 650.775.630-04

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

**CONTRATO EM
CONFORMIDADE**

Felipe Schmitt
Supervisor - REGOV CX
Matr. 125394-4

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 889221/2019, firmado pelo Município de Carmo do Rio Verde-GO, CNPJ 02.542.538/0001-53, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação em vias urbanas de Carmo do Rio Verde; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 243.822,45; dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730052, NE 2019NEB02776, de 02/12/2019 e R\$ 4.872,45 de contrapartida. Vigência 04/12/2022 - 04/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e DELSON JOSE SANTOS

Contrato de Repasse nº 887354/2019, firmado pelo Município de Mozarlândia-GO, CNPJ 01.135.227/0001-07, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Revitalização da orla do lago no município de Mozarlândia-GO - 2ª etapa; Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo; Valor: R\$ 240.000,00; dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695207610V00052, NE 2019NEB00461, de 18/11/2019 e R\$ 1.250,00 de contrapartida. Vigência 11/12/2022 - 11/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e ADALBERTO JOSE FERREIRA

Contrato de Repasse nº 887913/2019, firmado pelo Município de Itapaci-GO, CNPJ 01.134.808/0001-24, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação de vias de acesso à orla do lago João Albino No Município De Itapaci-GO; Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo; Valor: R\$ 248.250,00, dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695207610V00052, NE 2019NEB00735, de 20/11/2019 e R\$ 9.500,00 de contrapartida. Vigência 10/12/2022 - 10/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e MARIO JOSE SALLES Contrato de Repasse nº 888435/2019, firmado pelo Município de Itapaci-GO, CNPJ 01.134.808/0001-24, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação com asfalto novo e drenagem dentro do MUNICÍPIO DE ITAPACI-GO; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 344.693,35; dos recursos: R\$ 334.250,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730001, NE 2019NEB02501, de 26/11/2019 e R\$ 10.443,35 de contrapartida. Vigência 12/12/2022 - 12/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e MARIO JOSE SALLES Contrato de Repasse nº 885322/2019, firmado pelo Município de Itapaci-GO, CNPJ 01.134.808/0001-24, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Implantação da pavimentação asfáltica nas vias urbanas no MUNICÍPIO DE ITAPACI-GO; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 387.509,00; dos recursos: R\$ 377.009,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730052, NE 2019NEB01635, de 06/09/2019 e R\$ 10.500,00 de contrapartida. Vigência 12/12/2022 - 12/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e MARIO JOSE SALLES Contrato de Repasse nº 884068/2019, firmado pelo Município de Itapaci-GO, CNPJ 01.134.808/0001-24, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Estruturação da rede de Serviços Do Sistema Único De Assistência Social (SUAS) - construção de unidade publica de acolhimento; Programa Consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS Valor: R\$ 955.000,00; dos recursos: R\$ 955.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 082442037219G0052, NE 2019NEB00038, de 21/10/2019 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 10/12/2022 - 10/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e MARIO JOSE SALLES Contrato de Repasse nº 888434/2019, firmado pelo Município de Itapaci-GO, CNPJ 01.134.808/0001-24, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Implantação de calçadas com acessibilidade no MUNICÍPIO DE ITAPACI-GO; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 4.450.750,00; dos recursos: R\$ 4.440.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730001, NE 2019NEB02500, de 26/11/2019 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 11/12/2023 - 11/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e MARIO JOSE SALLES

Contrato de Repasse nº 888600/1063.523-11/2019, firmado pelo Município de Santa Isabel-GO, CNPJ 00.027.722/0001-30, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto reforma e ampliação de 02 (duas) quadra de esporte do município de Santa Isabel de Goiás; Programa Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Valor: R\$ 248.300,00; dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812203554500052, NE 2019NEB00672, de 13/09/2019 e R\$ 9.550,00 de contrapartida. Vigência 13/12/2022 - 13/12/2019 MARCOS ALBERTO ROCHA AUGUSTO e CASSIA SILVA CAIXETA DOURADO

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO CAMPOS - RJ

EXTRATO DE CONTRATO

Rescisão do Contrato de Repasse nº 766634/2011/MDR/CAIXA, Município de São Fidelis/RJ, 12/12/2019.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO CAXIAS DO SUL - RS

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 889506/2019, firmado pelo Município de Bento Gonçalves-RS, CNPJ 87.849.923/0001-09, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Qualificação e Pavimentação das ruas José Lanfredi - Trecho A e Domingos de Paris - Trecho A, no município de Bento Gonçalves-RS; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 434.090,90; dos recursos: R\$ 429.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730043, NE 2019NEB03122, de 02/12/2019 e R\$ 4.340,90 de contrapartida. Vigência 30/09/2021 - 13/12/2019 RODRIGO CANANI MEDEIROS e GUILHERME RECH PASIN.

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 885612/2019, firmado pelo Município de Bento Gonçalves-RS, CNPJ 87.849.923/0001-09, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Recapeamento do pavimento na Rua Batista Dosso - Trecho B; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 289.393,93; dos recursos: R\$ 286.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730043, NE 2019NEB01838, de 06/09/2019 e R\$ 2.893,93 de contrapartida. Vigência 30/09/2021 - 13/12/2019 RODRIGO CANANI MEDEIROS e GUILHERME RECH PASIN.

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 885602/2019, firmado pelo Município de Bento Gonçalves-RS, CNPJ 87.849.923/0001-09, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação da Rua Mário Luiz Masutti - Trecho A, no município de Bento Gonçalves-RS; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 241.161,61; dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004,

Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730043, NE 2019NEB01833, de 06/09/2019 e R\$ 2.411,61 de contrapartida. Vigência 30/09/2021 - 13/12/2019 RODRIGO CANANI MEDEIROS e GUILHERME RECH PASIN.

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 887976/2019, firmado pelo Município de Sarafina Corrêa-RS, CNPJ 88.597.934/0001-80, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Pedroni no município de Sarafina Corrêa-RS - 2ª etapa; Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo; Valor: R\$ 479.000,00; dos recursos: R\$ 477.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695207610V00043, NE 2019NEB00779, de 20/11/2019, e R\$ 238.750,00 nos exercícios subsequentes e R\$ 1.500,00 de contrapartida. Vigência 30/09/2021 - 13/12/2019 RODRIGO CANANI MEDEIROS e VALDIR BIANCHIET.

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 890638/2019, firmado pelo Município de Barão RS, CNPJ 91.693.325/0001-52, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação de vias urbanas/Buarque de Macedo; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 253.300,00; dos recursos: R\$ 248.300,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730001, NE 2019NEB03363, de 06/12/2019 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 30/09/2021 - 13/12/2019 RODRIGO CANANI MEDEIROS e CLAUDIO FERRARI.

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 890641/2019, firmado pelo Município de Garibaldi-RS, CNPJ 88.594.999/0001-95, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação e drenagem de vias urbanas/no município de Garibaldi-RS (Rua Honorato Toret); Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 243.750,00; dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 206082029214S0001, NE 2019NEB03375, de 09/12/2019 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 30/09/2021 - 13/12/2019 RODRIGO CANANI MEDEIROS e ANTONIO CECILIO.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO DIVINÓPOLIS - MG

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 887518/2019, firmado pelo Município de Carmo da Mata-MG, CNPJ 18.312.967/0001-74, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto 2ª etapa de construção do parque ecológico municipal sô bem; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 240.892,86; dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730001, NE 2019NEB02376, de 19/11/2019 e R\$ 2.142,86 de contrapartida. Vigência 12/12/2022 Assinatura 12/12/2019 Heberth Percepe Saabira e Almir Resende Junior.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO DOURADOS - MS

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 889411/2019, firmado pelo Município de Amambai-MS, CNPJ 03.568.433/0001-36, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DA VILA UMBRA II NO MUNICÍPIO DE AMAMBÁI - MS; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 710.000,00; dos recursos: R\$ 700.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730054, NE 2019NEB02988, de 02/12/2019 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 11/12/2022 - 12/12/2019 CARLOS FABIO GOMES DAMASCENO e EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA.

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 889468/2019, firmado pelo Município de Amambai-MS, CNPJ 03.568.433/0001-36, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DA VILA UMBRA NO MUNICÍPIO DE AMAMBÁI - MS; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 385.719,00; dos recursos: R\$ 375.719,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D735201, NE 2019NEB03065, de 02/12/2019 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 11/12/2022 - 12/12/2019 CARLOS FABIO GOMES DAMASCENO e EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO ITABUNA - BA

AVISO DE RETIRACAO

RETIFICAÇÃO Contrato de Repasse/Termo de Compromisso/Contrato de Transferência nº 0263091-41/2019/M/C/CAIXA, Contratado/Compromissário, DOU de 13/11/2019 seção 3, página 56, onde se lê 30/11/2019, leia-se 30/04/2020.

JOSÉ FELIPE SERRA LIMA
Assistente

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO JOINVILLE-SC

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 885062/2019, firmado pelo Município de Itaipópolis-SC, CNPJ 83.102.517/0001-19, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação de via urbana no município de Itaipópolis; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 298.337,00; dos recursos: R\$ 286.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D734534, NE 2019NEB01437, de 06/09/2019 e R\$ 11.837,00 de contrapartida. Vigência 13/12/2022 Assinatura 13/12/2019 EDUARDO JACOBEL e REGINALDO JOSE FERNANDES LUIZ.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO LONDRINA - PR

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 889451/2019, firmado pelo Município de Arapongas-PR, CNPJ 76.958.965/0001-06, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação de parte da rua jurutubá; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 982.976,87; dos recursos: R\$ 955.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D734028, NE 2019NEB03038, de 02/12/2019 e R\$ 27.976,87 de contrapartida. Vigência 13/12/2022 - 13/12/2019 VALDIR FLAVIO PAULA e SERGIO ONOFFE DA SILVA. ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 887919/2019, firmado pelo Município de Borrazópolis-PR, CNPJ 75.740.829/0001-20, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação de pavimentação em vias urbanas; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 291.023,81; dos recursos: R\$ 286.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2019, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730001, NE 2019NEB02399, de 20/11/2019 e R\$ 4.523,81 de contrapartida. Vigência 12/12/2022 - 12/12/2019 VALDIR FLAVIO PAULA e ADILSON LUCCHETTI. ESPECÍFICO Contrato de Repasse nº 887362/2019, firmado pelo Município de Londrina-PR, CNPJ 75.771.477/0001-70, junto à União Federal por intermédio do Ministério do Turismo,





Representação da Gerência Executiva de Governo Caxias do Sul/RS - REGOV CX
Rua Moreira Cesar, 2569 6º andar
95034-000 Caxias do Sul – RS

Ofício nº 1324 / 2019 / REGOV CX

CAXIAS DO SUL, 21 de Novembro de 2019

A Sua Excelência o Senhor
VALDIR BIANCHET
Vice-Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa
AV. 25 DE JULHO, 202 - CENTRO
CEP: 99250-000 – Serafina Corrêa – RS

Assunto: **Recursos do Orçamento Geral da União - 2019**
Ref.: **Programa: PROGRAMA MTUR – Operação nº 1063765-40**
Nº Proposta SICONV: 553/2019

Senhor Vice-Prefeito Municipal,

1. Informamos com grande satisfação a seleção de emenda no Orçamento Geral da União 2019, pelo MINISTERIO DO TURISMO, conforme dados abaixo:

- Programa: **PROGRAMA MTUR**
- Objeto: **Construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin no município de Serafina Corrêa/RS - 2ª Etapa**
- Valor de Repasse: **R\$ 477.500,00**
- Proposta: **553/2019**
- Convênio: **887976/2019**
- Operação: **1063765-40**

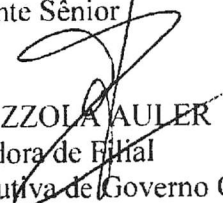
2. Esclarecemos que a presente operação é regida pela **Portaria Interministerial (PI) nº 424, de 30 de dezembro de 2016 com as alterações da PI nº 558 de 10 de outubro de 2019.**

3. Informamos que foi aberta a conta 0698.006.00647084-5, a ser utilizada exclusivamente para a movimentação dos recursos vinculados a este plano de trabalho.

4. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,


RICARDO DANIEL FAÉ
Assistente Sênior


VALERIA GAZZOLA AULER
Coordenadora de Fiscal

Representação da Gerência Executiva de Governo Caxias do Sul/RS

Roberto Travi

De: REGOV CX - RF Governo Caxias do Sul/RS
Enviado em: quinta-feira, 21 de novembro de 2019 10:57
Para: gabinete@serafinacorrea.rs.gov.br; fazenda@serafinacorrea.rs.gov.br; planejamento@serafinacorrea.rs.gov.br; tesouraria@serafinacorrea.rs.gov.br; engenharia@serafinacorrea.rs.gov.br; licitacao@serafinacorrea.rs.gov.br; patrimonio@serafinacorrea.rs.gov.br; bgkassessoria@verticalnet.com.br
Cc: Ricardo Daniel Fae; Marcos Antonio do Amaral de Freitas; Roberto Travi
Assunto: CE REGOV CX 3802/2019 - PM Serafina Corrêa - CAIXA - Contrato de Repasse OGU MTUR - Proposta 553/2019 - Ofício de Seleção
Anexos: OF 1324 - PM Serafina Correa - 1063765-40 - Ofício de Selecao.pdf

À
Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa

Assunto: Seleção 2019
Ref.: Contrato de Repasse OGU MTUR - 1063765-40/2019 - 887976/2019

Senhor Vice-Prefeito Municipal,

1. Informamos com grande satisfação, a seleção de emenda no Orçamento Geral da União 2019, pelo MINISTÉRIO DO TURISMO, Programa: PROGRAMA MTUR, Objeto: Construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin no município de Serafina Corrêa/RS - 2ª Etapa, no valor de R\$ 477.500,00 + contrapartida, conforme valores previstos no Plano de Trabalho extraído do SICONV (Proposta 553/2019).
2. Salientamos, que caso tenha necessidade de aporte de contrapartida que extrapole o limite máximo definido na LDO, que ocorrerem nas fases de análise, contratação, pré-acompanhamento e acompanhamento da execução, deverão ser encaminhados pela CAIXA aos Gestores (Ministérios) para autorização
3. Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

RICARDO DANIEL FAÉ
Assistente Sênior

VALERIA GAZZOLA AULER
Coordenadora de Filial
Representação da Gerência Executiva de Governo Caxias do Sul/RS
CAIXA

Roberto Travi

De: engenharia@serafinacorreia.rs.gov.br
Para: REGOV CX - RF Governo Caxias do Sul/RS
Enviado em: quinta-feira, 21 de novembro de 2019 11:21
Assunto: Lida: CE REGOV CX 3802/2019 - PM Serafina Corrêa - CAIXA - Contrato de Repasse OGU MTUR - Proposta 553/2019 - Ofício de Seleção

Sua mensagem

Para:
Assunto: CE REGOV CX 3802/2019 - PM Serafina Corrêa - CAIXA - Contrato de Repasse OGU MTUR - Proposta 553/2019 - Ofício de Seleção
Enviado: quinta-feira, 21 de novembro de 2019 10:57:25 (UTC-03:00) Brasília

foi lida em quinta-feira, 21 de novembro de 2019 11:20:31 (UTC-03:00) Brasília.

Ofício nº 1324 / 2019 / SR SERRA GAUCHA

CAXIAS DO SUL, 13 de Dezembro de 2019

À Sua Excelência o(a) Senhor (a)
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serafina Corrêa
AV. ARTHUR OSCAR, 1509 - CENTRO
CEP 99250-000 – Serafina Corrêa – RS

Assunto: Contrato de Repasse celebrado entre o Município de Serafina Corrêa e a Caixa Econômica Federal

Senhor(a) Presidente,

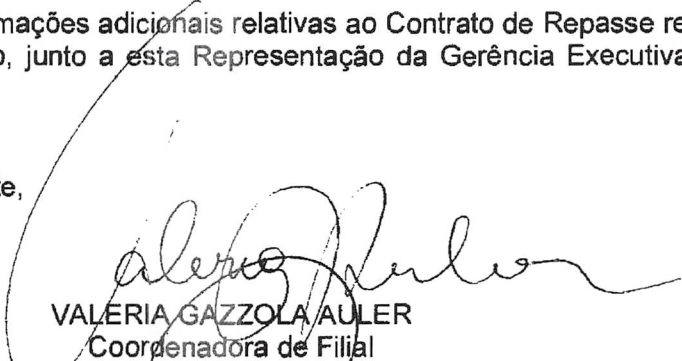
1 Em atendimento ao disposto no art. 116, §2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, informamos a celebração do Contrato de Repasse nº 887976/2019 - Operação 1063765-40 que tem por finalidade "Construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin no município de Serafina Corrêa/rs - 2ª etapa".

2 O valor repassado é de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), tendo o Município de Serafina Corrêa, se comprometido a aportar, a título de contrapartida, a quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

3 O prazo de vigência do Contrato de Repasse é até 30/09/2021.

4 Quaisquer informações adicionais relativas ao Contrato de Repasse referido podem ser obtidas, a qualquer tempo, junto a esta Representação da Gerência Executiva de Governo Caxias do Sul/RS.

Respeitosamente,



VALERIA GAZZOLA AULER
Coordenadora de Filial

Representação da Gerência Executiva de Governo Caxias do Sul/RS



RODRIGO CANANI MEDEIROS
Superintendente Regional
Superintendência Regional SERRA GAUCHA

Roberto Travi

De: REGOV CX - RF Governo Caxias do Sul/RS
Enviado em: terça-feira, 17 de dezembro de 2019 11:15
Para: secretario@legislativoserafina.com.br
Cc: gabinete@serafinacorrea.rs.gov.br; fazenda@serafinacorrea.rs.gov.br; planejamento@serafinacorrea.rs.gov.br; tesouraria@serafinacorrea.rs.gov.br; engenharia@serafinacorrea.rs.gov.br; licitacao@serafinacorrea.rs.gov.br; lucianopananarotto@serafinacorrea.rs.gov.br; bgkassessoria@verticalnet.com.br; Roberto Travi; Ricardo Daniel Fae; Marcos Antonio do Amaral de Freitas
Assunto: CE SR SERRA GAUCHA 4206/2019 - PM Serafina Corrêa - CAIXA - Contrato de Repasse OGU MTUR 887976/2019 - Operação 1063765-40 - Ofício de Celebração ao Legislativo
Anexos: OF 1324 - PM Serafina Correa - 1063765-40 - Ofício de Celebracao ao Legislativo.pdf

A
Câmara Municipal de Serafina Corrêa

Com cópia para
Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa

Assunto: Contrato de Repasse celebrado entre o Município de Serafina Corrêa e a Caixa Econômica Federal
Ref.: Contrato de Repasse OGU MTUR 887976/2019 - Operação 1063765-40

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente,

1. Conforme ofício 1324/2019, comunicamos Vossa Excelência sobre a celebração do Contrato de Repasse destinado à transferência de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) nº 887976/2019, Operação 1063765-40, que tem por finalidade Construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin no município de Serafina Corrêa/RS - 2ª etapa.
2. Favor confirmar o recebimento do ofício, informando o número de protocolo dado ao documento.
3. Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Ricardo Daniel Fae
Assistente de Filial
Representação da Gerência Executiva de Governo Caxias do Sul/RS

Valeria Gazzola Auler
Coordenadora de Filial
Representação da Gerência Executiva de Governo Caxias do Sul/RS

Iuri Jadovski
Gerente de Filial
Gerência Executiva e Negocial de Governo Porto Alegre/RS

Roberto Travi

De: Secretaria do Poder Legislativo de Serafina Corrêa / RS
<secretario@legislativoserafina.com.br>
Enviado em: terça-feira, 17 de dezembro de 2019 14:45
Para: REGOV CX - RF Governo Caxias do Sul/RS
Assunto: Confirmação de Leitura (exibida): CE SR SERRA GAUCHA 4206/2019 - PM
Serafina Corrêa - CAIXA - Contrato de Repasse OGU MTUR 887976/2019 -
Operação 1063765-40 - Ofício de Celebração ao Legislativo
Anexos: MDNPart2.txt

Esta é uma confirmação de leitura da sua mensagem

Para: "secretario@legislativoserafina.com.br"
<secretario@legislativoserafina.com.br>
Assunto: CE SR SERRA GAUCHA 4206/2019 - PM Serafina Corrêa - CAIXA - Contrato de Repasse OGU MTUR
887976/2019 - Operação 1063765-40 - Ofício de Celebração ao Legislativo
Data: 2019-12-17 11:14

Nota: Esta confirmação de leitura somente informa que a mensagem foi aberta no computador do destinatário. Não há garantia que o destinatário tenha lido ou compreendido o conteúdo da mensagem.

fechar X

Loading Image...

Usuário: HERME MIGLIAVACCA

CPF: 811.116.920-49

13/02/2020 13:24 - v.6.102 [Sair do Sistema](#)

[Cadastro](#) [Página Principal](#)

Programas

Propostas

Execução

Inf. Gerenciais

Cadastros

Acomp. e Fiscalização

Prestação de Contas

Administração

TCE

Verificação de Regularidade



[Principal](#) [Dados Proposta](#) [Pré-Convênio](#) [Convênio](#)

Dados Proposta/Pré-Convênio/Convênio

54000 - MINISTERIO DO TURISMO

Convênio 887976/2019

[Dados da Proposta](#)

[Plano de Trabalho](#)

[Requisitos](#)

[Protocolo Básico/Termo de Referência](#)

[Execução Concedente](#)

[Execução Conveniente](#)

Modalidade	Contrato de Repasse.	Enviada para mandatária?	Sim	Situação no SIAFI	Enviado para o SIAFI - 2019NS009724
Situação de Contratação Atual	Cláusula Suspensiva				
Situação	Em execução				
	Empenhado	sim	Publicação	Publicado	
Número do Convênio	887976/2019	Número da Proposta	000553/2019		
Número Interno do Órgão	00553/2019				
Número do Processo	5532019				

Lista de Documentos Digitalizados

Nome Arquivo	Data Upload	
Contrato 1063765-40 2019 - CS 887976 Serafina Corrêa.PDF	02/01/2020	Baixar
Contrato 1063765-40 2019 - CV 13122019 Serafina Corrêa.PDF	20/12/2019	Baixar
Contrato 1063.765-40 2019 - Seleção 21112019 Serafina Corrêa.PDF	03/12/2019	Baixar
Proponente	CNPJ 88.597.984/0001-80 - MUNICIPIO DE SERAFINA CORREA	
		Detalhar

Executores

Nenhum registro foi encontrado.

Fundamento Legal	Decreto n. 6.170/2007
Órgão	54000 - MINISTERIO DO TURISMO

Justificativa

Caracterização dos interesses recíprocos	Serafina Corrêa - RS, possui uma população de 14.243 (IBGE 2010), situada entre vales e montanhas, na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Possui uma área total de 160 Km ² , está distante da capital POA 225 Km. O município de Serafina Corrêa, pertence à Rota Turística da Uva e do Vinho e da Serra Gaúcha. Pontos turísticos: Camping Carreiro, cascata, capitéis, semana Farroupilha, rodeio crioulo, Cristo redentor, Festitália, Festpizza, réplicas de castelo da Itália em anexo, etc
--	---

Público alvo

O PUBLICO ALVO BENEFICIADO será de 2 mil diretamente e indiretamente mais de 40 mil anualmente.

Câmara de Vereadores	
Fl. 36	Rubrica

Problema a ser resolvido

Centro de Eventos Municipal; 28°43'54.92"S; 51°55'1.01"O; Convênio n.º 1.003.861-41/2013/M.Turismo. Executada no Bairro Gramadinho em sistema misto: estrutura em madeira; fechamento em alvenaria aparente; aberturas em madeira; telhado em fibrocimento; semiacabada. Construção remonta às características de construções regionais. Área de implantação é bastante rochosa, necessitando de realização de drenagem específica, contenção de taludes, melhorar os acessos. Realização de acabamentos internos.

Resultados esperados

Os RESULTADOS ESPERADOS com a Construção da 2ª Etapa do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin será o aumento: no número de turistas nas festividades, da permanência e do gasto médio do turista, de geração e renda e melhoria na distribuição, criação e ampliação de postos de trabalho. Com a conclusão do Centros de Eventos o município atrairá mais turistas e aumentando a capacidade de realização de novos eventos.

Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa

São diretas, tendo em vista que um dos objetivos é Ampliar e Melhorar a infraestrutura turística em nosso município, fortalecendo a região, melhorando a qualidade e competitividade, promovendo a sustentabilidade do turismo. Município já realizou a primeira etapa conforme proposta do siconv: 032651/2013.

Categorias

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto do Convênio

Construção do Centro de Eventos Geraldo Arnaldo Peccin no município de Serafina Corrêa/RS - 2ª Etapa

Capacidade Técnica e Gerencial

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial

Nome Arquivo

Data Upload

Declaração de Capacidade Técnica.pdf

12/03/2019

[Baixar](#)

OBTV

Opera por OBTV

Sim

Permite OBTV do tipo
"OBTV para o
Conveniente"

Não

Dados Bancários

Banco	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
Agência	0698-0	Conta	0066470845
Situação	Conta Pendente de Regularização	Data da Última Modificação	05/09/2019 00:00:00
Descrição	A Plataforma +Brasil recebeu o número da conta-corrente do convênio. Para regularizar esta conta, o Conveniente deve se dirigir à instituição bancária para entregar os documentos necessários, conforme orientação da própria instituição.		

Datas

Data da Proposta	12/03/2019
Data Assinatura	13/12/2019
Convênio publicado no DOU em	16/12/2019
Data Início de Vigência	13/12/2019
Data Término de Vigência Atual	30/09/2021
Data Limite p/ Prestação de Contas	29/11/2021

Valores

R\$ 479.000,00 Valor Global

R\$ 477.500,00 Valor de Repasse

R\$ 1.500,00 Valor da Contrapartida

R\$ 1.500,00 Valor Contrapartida Financeira

R\$ 0,00 Valor Contrapartida Bens e Serviços

R\$ 0,00 Valor de Rendimentos de Aplicação

Anexos de comprovação da contrapartida

Nome

Declaração de Contrapartida.pdf

[Baixar Contrapartida](#)

Cronograma orçamentário do valor do repasse

Ano	Valor (R\$)
2019	R\$ 477.500,00

Município de Serafina Correa
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

1 of 3

Exercício de 2019

ISOLADO:1 - Município de Serafina Correa

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
0001	RECURSO LIVRE	566.955,11	1.030.498,71
0020	M D E	66.353,84	76.128,22
0040	A S P S	38.381,96	14.502,37
1003	MERENDA- PRG.NAC.DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0,00	3,21
1010	SALARIO EDUCACAO	8.646,52	107.029,86
1044	REC.FUNDO ESPECIAL	15.747,05	66.536,97
1054	PROG.NAC.A.TRANSF.ESCOLAR B.BRASIL	-393,77	1,29
1058	RECURSO FEAS	130.164,43	151.754,93
1059	RECURSOS CIDE	0,00	23,64
1061	MULTAS DE TRANSITO	1.931,19	1.450,13
1064	REC. ALIENACAO DE BENS MDE	0,00	5.629,58
1067	CESSÃO ONEROSA - PRÉ-SAL - LEI Nº 13885/2019	832.096,65	0,00
1076	REC. ALIENACAO DE BENS LIVRE	3.468,90	116.978,99
1100	EQUIPAMENTOS APAE	0,00	2.685,40
1149	RECURSO PRODESA MAPA	0,00	175.633,01
1158	RECURSO FNAS CACESUA STRAB	0,00	48,98
1161	RECURSO COMDICA	8.632,67	4.726,52
1162	RECURSO FUNDO MUNICIPAL IDOSO	1.088,32	0,00
1163	REC. FUNDO MMEIO AMBIENTE-FUNDEMA	80.847,12	119.868,23
1169	RECURSO C I P	315.542,31	608.249,43
1270	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	15.264,17	43.867,86
1272	FUNDO MUN.ASSISTENCIA SOCIAL	8.283,94	547,45
1277	BRASIL CARINHOSO	0,00	20,10
1357	BLOCO GSUAS FNAS	11.380,73	13.520,46
1358	BLOCO PSB FNAS	130.806,42	49.280,44
1359	BLOCO PSEMC FNAS	0,00	18,31
1360	BLOCO GBF FNAS	8.094,14	22.406,64
1365	REC. CENTRO COMP. ART.REP.820294/15	0,00	64.195,20
1368	PROGRAMA DE APOIO A NOVAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL -FNDE	0,00	39,53
1371	FNDE APOIO FINANC RES 11/2018	0,00	55,46
1372	MUITO ALÉM DO EDUCAR	0,00	68,40
1373	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM VIAS PUBLICAS	166.868,73	469,92
1374	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS URBANAS (CONVÊNIO 868052/2018)	-154.016,12	0,00
1376	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	105.868,57	0,00
1379	SIGTV ESTRUTURAÇÃO CUSTEIO	50.000,00	0,00
4002	ALIENAÇÃO DE BENS SAÚDE	0,00	816,74
4011	INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA	7.939,61	67.735,99
4050	FARMACIA BASICA/PLANTAS MED/FITOTERÁPICOS/DIABETES MELLITUS/FRALDAS E OUTROS	36.689,39	15.367,77
4090	PSF/PACS/SAUDE BUCAL/REDE DE INFO/SAUDE DO HOMEM/COMBATE DST/AIDS/ARTICULADOR JOVEM SAUDE	19.000,00	1.091,24

RÉGIS AUGUSTO NOREMBERG KARNOPP
CONTABILISTA
033.777.470-60

DIMORVAN CANTELLI
SECRETÁRIO DA FAZENDA
650775030-04

VALDIR BIANCHET
PREFEITO MUNICIPAL
412.657.340-20

Município de Serafina Correa
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

2 of 3

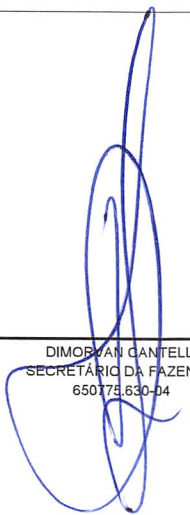
Exercício de 2019

ISOLADO:1 - Município de Serafina Correa

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
4111	CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS / LRPD - LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS	0,00	255,81
4160	PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR- PIM	32,74	1.279,66
4170	SAMU/UPA - URGÊNCIA - REMOÇÕES PAC	6.285,71	330,31
4190	EPIDEMIOLOGIA E VACINAÇÕES/DENGUE/DESASTRES AMBIENTAIS/LABORATORIO ENTOMOLOGIA	10.130,09	9.846,08
4230	APOIO A REDE HOSPITALAR/HOSPITAIS PUBLICOS MUNICIPAIS/HOSPITAIS FILATROPICOS	505,58	-87.289,76
4300	CUSTEIO - ATENÇÃO BÁSICA	185.976,35	0,00
4301	CUSTEIO - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	198.970,60	0,00
4302	CUSTEIO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	76.959,21	0,00
4303	CUSTEIO - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	2.178,15	0,00
4304	CUSTEIO - GESTÃO SUS	10.668,24	17.973,67
4305	INVESTIMENTO - ATENÇÃO BÁSICA	60.790,73	0,00
4510	PAB FIXO/TELE SAÚDE/ACOLHIMENTO INFANTO JUVENIL	0,00	94.551,39
4520	ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA/SAÚDE NA ESCOLA/SAÚDE BUCAL/SAÚDE DO HOMEM/PACS	0,00	37.476,61
4620	SAMU/UPA	0,00	224,82
4710	TETO FINANCEIRO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE/ AÇÕES DE PREVENÇÃO	0,00	68.768,47
4770	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	8.719,39
4931	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	56.950,54
4935	CONSTRUÇÃO OU AMPLIUNIDADES BAS.SAÚDE	0,00	43.226,26
4936	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	82.094,11
8001	RECUSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	13.182,58	-18.545,05
TOTAL		3.041.321,86	3.077.113,29


RÉGIS AUGUSTO NOREMBERG KARNOPP
CONTABILISTA
033.777.470-60


DIMORVAN CANTELLI
SECRETÁRIO DA FAZENDA
650178.630-04


VALDIR BIANCHET
PREFEITO MUNICIPAL
412.657.340-20

Município de Serafina Correa

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO

3 of 3

NOTA EXPLICATIVA

Nota 1 - Para a finalidade de apuração do superávit financeiro, deve-se considerar a previsão do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64: "Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a ele vinculadas".

Nota 2 - A Fonte de recurso 1374 (PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS URBABAS - CONVÊNIO 86802/2018) apresenta Déficit Financeiro em 2019, em razão de apenas ter ingressado 20% do valor do convênio e a obra ter sido empenhada e inscrita em Restos a Pagar - Não Processados.

Nota 3 - A Fonte 1054 (PROG. NAC. A. TRANSP.ESCOLAR B.BRASIL) apresenta Déficit Financeiro, em razão da última parcela do transporte do Ensino Infantil não ter ingressado nos cofres do município em 2019.



RÉGIS AUGUSTO NOREMBERG KARNOPP
CONTABILISTA
033.777.470-60



DIMORVAN CANTELLI
SECRETÁRIO DA FAZENDA
650775.630-04



VALDIR BIANCHET
PREFEITO MUNICIPAL
412.657.340-20